



Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica I CEEE-G

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 2023

Publicado na Folha de S.Paulo em 21/03/2024.



CNPJ: 39.881.421/0001-04
NIRE: 4330006550-2

Apresentação: A Administração da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G (Companhia ou CEEE-G), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, elaborou o presente Relatório da Administração (RAI) e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Histórico da Companhia:** A CEEE-G tem sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Bairro Jardim Carvalho, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, tendo por objeto social precípuo, realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica. A Companhia foi constituída em outubro de 2020 e entrou em operação em 08 de abril de 2021, a partir da cisão da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT (Cindisa CEEE-GT). Neste contexto, a CEEE-G realizou a incorporação do ativo líquido cindido da CEEE-GT, absorvendo as operações do segmento de geração de energia. Como condição para eficácia da cisão, houve a celebração, com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, do instrumento de transferência da concessão regulada pelo Contrato nº 025/2000 à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, o que se deu, também, em 08 de abril de 2021. Com isso, a CEEE-G passou a operar de forma totalmente segregada. Nos anos de 2021 e 2022 a CEEE-G passou por processo de desestatização. Assim, em 29 de julho de 2022, ocorreu o leilão do procedimento licitatório na forma do Edital nº 01/2022, para aquisição de ações representativas de 66,23% do capital social da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, pelo preço total de R\$ 328.000.000,00. A vencedora do Leilão foi a Companhia Florestal do Brasil S.A, controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional. A conclusão do processo de aquisição ocorreu em 21 de outubro de 2022. Em 24 de novembro de 2022, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a realização da sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com estoques restritos de colocação. A emissão foi composta por 1.900.000 (um milhão e novecentas mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da Emissão de R\$ 1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de reais).

Balanco Patrimonial Individual e Consolidado				
Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	784.005	668.680	784.415
Concessionárias e Permissórias	5	13.837	43.199	13.837
Tributos a Recuperar	6	19.306	5.456	19.374
Estoque	7	3.464	2.825	3.464
Ativo Financeiro Setorial - VIC	8	98	-	98
Outros Créditos a Receber	9	19.804	27.011	19.805
Dividendos a Receber	10	78.431	79.955	78.431
Arrendamentos	11	12.787	-	12.787
Despesas Pagas Antecipadamente		6.235	6.240	-
		937.967	827.126	938.451
				827.623
Não Circulante				
Tributos a Recuperar	6	1	1	1
Depósitos Judiciais	12	65.833	66.504	65.853
IR e Contribuição Social Diferidos	13	69.496	69.500	69.496
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	14.7	6.627	5.967	-
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Bens de Renda		2.876	2.876	2.876
Outros Créditos a Receber	9	16.597	30.878	17.001
Investimentos	10	160.164	210.340	165.893
Imobilizado	15	33.461	53.183	33.510
Intangível	16	1.930.402	2.094.415	1.930.780
		2.343.457	2.553.764	2.345.410
				2.553.752

Balanco Patrimonial Individual e Consolidado				
Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	17	13.430	27.862	13.454
Debêntures	18	1.909.914	11.065	1.909.914
Obrigações Trabalhistas	19	7.105	10.951	7.105
Obrigações Fiscais	20	6.266	27.239	6.655
Provisão para Benefícios a Empregados	21	250	280	250
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis, Tributárias e Regulatórias	22	3.458	11.962	3.458
Obrigações da Concessão	23	13.840	12.808	13.840
Dividendos a Receber	24	19.396	306	19.396
Uso do Bem Público	24	5.202	831	5.202
Outros Passivos	25	10.985	13.574	10.985
		1.990.206	116.878	1.990.259
				116.980
Não Circulante				
Debêntures	18	-	1.891.588	-
Provisão para Benefícios a Empregados	21	10.012	11.580	10.012
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis, Tributárias e Regulatórias	22	211.888	309.065	211.888
Obrigações da Concessão	23	87.037	89.566	87.037
Uso do Bem Público	24	8.745	47.916	8.745
Outros Passivos	25	11.263	9.385	11.647
		328.945	2.359.101	329.329
				2.359.484
Patrimônio Líquido				
Capital Social	27.1	755.962	755.962	755.962
Outros Resultados Abrangentes	27.4	(5.349)	(5.349)	(5.387)
Reserva de Lucros	27.3	213.409	158.085	213.409
Ações em Tesouraria	27.2	(5.749)	(5.749)	(5.749)
		964.273	904.911	964.273
				904.911
Participação dos não Controladores				
		964.273	904.911	964.273
				904.911
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		3.283.424	3.380.890	3.283.861
				3.381.375

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individual e Consolidado				
Capital Social	Reserva de Lucro		Ações em tesouraria	
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	584.281	336.056	(5.749)	1.853
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-
Aumento de Capital	171.671	(171.671)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído dos Ativos	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Realização do Custo Atribuído dos Ativos	-	-	-	-
Absorção do Resultado	-	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	(6.300)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	755.962	158.085	(5.749)	(3.387)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído dos Ativos	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Realização do Custo Atribuído dos Ativos	-	-	-	-
Registro do Ganho Atuarial	-	-	-	-
Destinação do Resultado	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-
Reserva de Investimentos	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	755.962	179.409	(5.749)	(5.349)
				964.273

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INSTITUCIONAL

A Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G (Companhia ou CEEE-G), com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 723, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade de capital aberto, tendo como acionista controladora a Companhia Florestal do Brasil, com aproximadamente 98,98% do seu capital total, na data base dessas Demonstrações Financeiras.

Em 22 de novembro de 2023, a CEEE-G realizou o leilão da OPA para aquisição de até 100% (cem por cento) das ações objeto da oferta, para fins de conversão de registro de companhia aberta de categoria "A" para categoria "B". No referido leilão, a Companhia adquiriu 1.271 (mil duzentas e setenta e uma) ações ordinárias e 338 (trezentos e trinta e oito) ações preferenciais de emissão própria, representativas de 0,017% do seu capital social total, a um preço por ação de R\$ 116,33 (cento e dezesseis reais e trinta e três centavos), totalizando o valor de R\$ 187.174,97 (cento e oitenta e sete mil, cento e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos), com liquidação financeira efetuada em 24 de novembro de 2023. O bônus da oferta cindida na conversão de registro de categoria "A" para categoria "B", deferida pela CVM no dia 25 de janeiro de 2024. Em continuidade aos procedimentos da OPA, em 21 de fevereiro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o resgate e cancelamento de 98.375 (noventa e oito mil, trezentas e setenta e cinco ações) sendo, 41.896 (quarenta e uma mil, oitocentos e noventa e seis) ações ordinárias e 56.479 (cinquenta e seis mil, quatrocentas e setenta e nove) ações preferenciais de emissão da CEEE-G, sem modificação do valor capital social da Companhia, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei das S.A.

A CEEE-G tem por objeto precípuo, realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica.

1.1. Das Concessões e demais ativos

1.1.1. Concessão de Geração

Em 18 de novembro de 2023, foi assinado o Contrato de Concessão nº 004/2022, novo contrato de Concessão da Companhia, sob o regime de produtor independente de energia elétrica, que passou a regular a partir desta data a exploração dos potenciais hidráulicos já detidos pela Companhia, originalmente regulados pelo Contrato de Concessão nº 025/2000, que foi encerrado. Para este novo contrato passam a valer também novos valores para as Garantias Físicas das usinas, parâmetro que define o máximo montante de energia que a Companhia pode negociar. A tabela a seguir apresenta os principais parâmetros das usinas da CEEE-G e inclui as Centrais Geradoras de capacidade reduzida (CRDs).

Usinas	Tipo	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Prazo Final da Concessão
Itaúba	UHE	500,40	176,10	8/11/2052
Jacuí	UHE	180,00	112,60	8/11/2052
Passo Real	UHE	158,00	67,60	8/11/2052
Canastra	UHE	44,80	24,40	8/11/2052
Burgues	UHE	17,62	9,90	8/11/2052
Ernestina	UHE	1,24	4,96	2/1/2052
Capigui	PCH	4,47	0,84	8/11/2052
Guariíta	PCH	1,76	0,97	8/11/2052
Santa Rosa	PCH	1,58	0,82	8/11/2052
Herval	PCH	1,52	0,26	8/11/2052
Passo do Inferno	PCH	1,49	0,49	8/11/2052
Forquilha	PCH	1,118	0,92	8/11/2052
Juizinho	PCH	0,69	0,31	8/11/2052
Toca	CGH	1,120	0,33	Indeterminado
Ivaí	CGH	0,720	0,44	Indeterminado
Total		920,676	399,07	

¹ Considera a Potência Instalada de ampliação da usina, autorizada nos termos da Resolução ANEEL nº 397, de 12 de agosto de 2003, e suas alterações supervenientes.

Vinculados ao novo contrato, foram estabelecidas também novas obrigações para a Companhia, com destaque para a necessidade do pagamento da União do chamado Bônus de Entrega. Isso ocorreu na data de 08/02/2020, com a entrega do Bônus de Entrega de R\$ 2.015.016,278.51 (dois bilhões, cinquenta e um milhões, dezesseis mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos). Também passa a existir a obrigação de recolhimento a partir do 13º mês do Contrato de encargo pelo uso do Bem Público (UBP), correspondente a 2,5% da receita auferida pela Companhia nos dois meses anteriores ao pagamento. Esses pagamentos ao Poder Concedente tiveram início em dezembro de 2023 e as liquidações serão realizadas em parcelas mensais no prazo de 05 (cinco) anos.

Em 28 de março de 2023, a Companhia foi autorizada pela ANEEL a prosseguir com a transferência das concessões das Usinas Hidrelétricas UHE Itaúba e UHE Passo Real, para o Consórcio Itaúba Energia e o Consórcio Passo Real Energia, respectivamente. Entendidos por empresas do grupo econômico de sua controladora, a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, CSM Cimentos Brasil S.A., Elizabeth Cimentos S.A., CSN Mineração S.A e Minérios Nacional S.A.

A transferência das concessões, tem como objetivo o suprimento de energia elétrica para os negócios do grupo, sob o regime de autoprodução, atingindo a autossuficiência de energia elétrica para as respectivas Unidades Consumidoras. Para tanto, a Companhia celebrou com o Consórcio Itaúba Energia e Consórcio Passo Real Energia, contratos de arrendamento das instalações das usinas de Itaúba e Passo Real, além de contratos de prestação de serviços de operação, manutenção e administração dos respectivos ativos, com vigência de 15 anos contados a partir de 01 de abril de 2023.

A Companhia classificou as operações decorrentes dos arrendamentos operacionais, de acordo com o CPC 06(R2) - Operações de arrendamentos, pois mantém sob sua responsabilidade o controle e as operações das usinas, reconhecendo mensalmente as receitas e custos mensurados no resultado operacional.

Os contratos de arrendamento visam assegurar a Companhia a rentabilidade esperada com a comercialização da energia gerada pelas respectivas usinas. Os valores contratuais foram mensurados considerando os preços praticados no mercado livre de energia, gerada, evitando contratos de energia de longo prazo, além dos custos previstos e obrigações incorridas por transferir a concessão.

1.1.2. UHE Dona Francisca e UHE Machadinho

Em 22 de novembro de 2023, foi assinado o Contrato de Concessão nº 025/2000, que foi encerrado, e do novo Contrato de Concessão nº 004/2022, a CEEE-G também participa do Consórcio Dona Francisca, regido pelo Contrato de Concessão ANEEL nº 188/1999.

O Consórcio Dona Francisca é responsável pela exploração da UHE Dona Francisca, localizada no rio Jacuí, no estado do Rio Grande do Sul, com uma potência instalada de 125 MW e uma garantia física de 72,5 MW médios. A cota parte da CEEE-G no Consórcio é de 15%, o que implica neste mesmo percentual de custos e encargos sob responsabilidade da Companhia. A exceção é o custo do risco hidrológico, usualmente denominado de GSF (Generation Scaling Factor), arcado integralmente pela CEEE-G. Conforme previsto no Contrato de Constituição do Consórcio, de forma independente da garantia física real da usina, a Companhia é responsável pelo repasse da parcela de energia para o Consórcio no montante de 80% (oitenta por cento) do montante 80 MW médios (equivalente a 88 MW médios). Essa sistemática permanecerá vigente até 28/08/2033, data em que se inicia o prazo de extensão da concessão da usina, nos termos da repactuação do risco hidrológico instituída pela Lei Federal 14.052/2020. A partir desta data, os consorciados acordaram a repactuação do GSF de forma proporcional às participações no Consórcio até o final da concessão, em 21/09/2037.

Ainda, a Companhia possui participação no Consórcio Machadinho, regulado pelo Contrato de Concessão DNVEE nº 009/1997. O Consórcio Machadinho é responsável pela exploração da UHE Machadinho, localizada no rio Uruguai, na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma potência instalada de 1.140 MW e uma garantia física de 519,8 MW médios. A cota parte da CEEE-G no Consórcio é de 5,53%, o que implica neste mesmo percentual de custos e encargos sob responsabilidade da Companhia. Também nesse caso, o custo com o risco hidrológico constitui uma exceção neste regime. Todavia, neste caso, a CEEE-G recebeu a energia proporcional a sua participação no empreendimento vinculada ao montante fixo de 473 MW médios, sem qualquer incidência de risco hidrológico, resultando no valor de 26,16 MW médios.

Conforme previsto no item 5.54 do Edital de Privatização do Edital de Leilão nº 01/2022 e nos termos do contrato de constituição do Consórcio Machadinho, os demais consorciados exerceram o seu direito de preferência para aquisição da totalidade da participação da CEEE-G, a alienação da participação da CEEE-G no Consórcio Machadinho ocorreu após as Partes concordarem com todos os termos e condições dos documentos contratuais de transação e as condições usuais para o fechamento do negócio.

Nesse sentido, a Companhia firmou Contrato de Alienação de Participação no Consórcio e Outras Avenças com as empresas ENGIE Brasil Energia S.A., CBA Machadinho Geração de Energia Ltda., ALCOA Alumínio S.A., VALE S.A., VOTORANTIM Cimentos Machadinho Energia Ltda. e OME Distribuição S.A. - OMEC, cujo objeto é alienação da totalidade de sua participação consorcial no Consórcio Machadinho.

Nos termos e condições do contrato avençado, a efetivação do Fechamento da operação foi condicionada ao cumprimento do Contrato Precedente, ficando o Fechamento sujeito à obtenção, pelas partes, de aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para a realização da Operação, a qual foi deferida em agosto de 2023. O Fechamento da operação foi realizado em 29/09/2023 (vide notas explicativas 15 e 32.2).

Usinas	Tipo	Potência Instalada (MW)	Participação da CEEE-G	Garantia Física (MWm)	Garantia Física (MWm)	Prazo Final da Concessão
Dona Francisca	UHE	125,00	15,00%	72,50	4,50%	21/09/2037

² Até 28/08/2033. Após essa data, o montante passa para 10,875 MW médios.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e reconhecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras. A Companhia também se utiliza das práticas contábeis internacionais e o resultado consolidado atribuído aos acionistas da Controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras consolidadas. Da mesma forma, também não há diferenças entre o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, permitindo essa apresentação conjunta.

a) Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB. Isso por que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas Demonstrações Financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem na norma IFRS aplicável às Demonstrações Financeiras separadas. Uma vez que passou a ser permitida a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures. As Demonstrações Financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras consolidadas.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, identificadas como "Consolidado", estão apresentadas simultaneamente, de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único documento, pois isso foi possível porque não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuído aos acionistas da Controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras consolidadas. Da mesma forma, também não há diferenças entre o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, permitindo essa apresentação conjunta.

reais). As debêntures têm um prazo de vencimento de dois anos contados da data de emissão das Debêntures. Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia Florestal do Brasil adquiriu a totalidade das ações de emissão da CEEE-G e detidas pela Centrais Elétricas Brasileiras S/A ("Eletrobrás"), representativas de 32,74% do Capital Social da Companhia. Desse ponto em diante, a Companhia Brasileira S/A ("Eletrobrás"), representativas de 98,96% do Capital Social da Companhia. Em 22 de novembro de 2023, a CEEE-G realizou o leilão da Oferta Pública de aquisição de Ações ("OPA") para aquisição de até 100% (cem por cento) das ações objeto da oferta, para fins de conversão de registro de companhia aberta de categoria "A" para categoria "B". No referido leilão, a Companhia adquiriu 1.271 (mil duzentas e setenta e uma) ações ordinárias e 338 (trezentos e trinta e oito) ações preferenciais de emissão própria, representativas de 0,017% do seu capital social total, a um preço por ação de R\$ 116,33 (cento e dezesseis reais e trinta e três centavos), totalizando o valor de R\$ 187.174,97 (cento e oitenta e sete mil, cento e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos), com liquidação financeira efetuada em 24 de novembro de 2023. O bônus da oferta cindida na conversão de registro de categoria "A" para categoria "B", deferida pela CVM no dia 25 de janeiro de 2024. Em continuidade aos procedimentos da OPA, em 21 de fevereiro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia o resgate e cancelamento de 98.375 (noventa e oito mil, trezentas e setenta e cinco ações) sendo, 41.896 (quarenta e uma mil, oitocentos e noventa e seis) ações ordinárias e 56.479 (cinquenta e seis mil, quatrocentas e setenta e nove) ações preferenciais de emissão da CEEE-G, sem modificação do valor capital social da Companhia, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei das S.A.

O ano de 2023 apresentou um resultado líquido de R\$ 336.056 (trezentos e trinta e seis mil, cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), representando uma melhoria de 177,2% em relação ao ano anterior, impactada positivamente por uma reversão de provisões de

(Valores expressos em milhares de reais)

		Explicativa			
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	13.430	27.862	13.454	27.899
Debêntures	18	1.909.914	11.065	1.909.914	11.065
Obrigações Trabalhistas	19	7.105	10.951	7.105	10.951
Obrigações Fiscais	20	6.626	27.239	6.655	27.267
Provisão para Benefícios a Empregados	21	250	280	250	280
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis, Tributárias e Regulatórios	22	3.458	11.962	3.458	11.962
Obrigações da Concessão	23	13.840	12.808	13.840	12.808
Dividendos	24	19.396	306	19.396	306
Uso do Bem Público	24	5.202	831	5.202	831
Outros Passivos	25	10.985	13.574	10.985	13.611
		1.990.206	116.878	1.990.259	116.980
Não Circulante					
Debêntures	18	-	1.891.588	-	1.891.588
Provisão para Benefícios a Empregados	21	10.012	11.580	10.012	11.580
Provisão para Cont. Trabalhistas, Cíveis, Tributárias e Regulatórios	22	211.888	309.066	211.888	309.066
Obrigações da Concessão	23	87.037	89.566	87.037	89.566
Uso do Bem Público	24	8.745	47.916	8.745	47.916
Outros Passivos	25	11.263	9.385	11.647	9.785
		328.945	2.359.101	329.329	2.359.484
Patrimônio Líquido					
Capital Social	27.1	755.962	755.962	755.962	755.962
Outros Resultados Abrangentes	27.4	(5.349)	(3.387)	(5.349)	(3.387)
Reservas de Lucros	27.3	219.409	158.085	219.409	158.085
Ações em Tesouraria	27.2	(5.749)	(5.749)	(5.749)	(5.749)
		964.273	904.911	964.273	904.911
Participação de não Controladores					

continuação
II. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: quando aplicável, é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

3.12. Provisão para Contingências
Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desfecho esperado para liquidar a obrigação presente na data do balanço.
Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

3.13. Outros Ativos e Passivos
Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais são corrigidos, quando aplicáveis, com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das Demonstrações Financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos da provisão para perdas, quando aplicável.

3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social
Os impostos e contribuições correntes e diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data fim do exercício a que se referem às Demonstrações Financeiras e que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.
Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras.
Impostos e contribuições diferidas ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.
O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensação quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.15. Provisão para Benefícios a Empregados
Quando aplicável, as obrigações futuras, estimadas anualmente com base em avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, dentro dos parâmetros contidos na nota explicativa nº 21.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.
O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas Demonstrações Financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver. Toda e qualquer obrigação com característica de benefício pós-emprego e registrada à luz do contexto descrito na nota explicativa nº 21.

3.16. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE
As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores, quando mensuráveis com razoabilidade, são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

3.17. Reconhecimento da Receita
3.17.1. Receita da Geração
A receita de geração e comercialização de energia é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia ou negociações bilaterais. Estes contratos preveem o volume de energia a ser entregue em uma determinada quantidade de energia, por um determinado período, bem como estabelecem as condições de preço e de reajuste. Eventuais montantes de energia não comercializados via contratos acabam sendo liquidados no Mercado de Curto Prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sendo estes valorados pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, também composto a Receita da Geração.
3.17.2. Receita de Arrendamentos e O&M
A receita de arrendamentos e O&M é reconhecida mensalmente com base nos contratos de arrendamentos das usinas de Itaipu e Passo Real, bem como nos contratos de serviços de operação e manutenção dessas usinas, firmados com o Consórcio Itaipu - Energia e o Consórcio Passo Real - Energia, cujos valores foram fixados em tais contratos.

3.17.3. Receita Financeira
A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros.
3.18. Despesa Financeira
A despesa financeira referente à atualização dos empréstimos e financiamentos é reconhecida com base nos contratos que regem as obrigações firmadas e se relaciona precipuamente com a operação de captação de debêntures, além das atualizações monetárias originárias de obrigações setoriais.
3.19. Transações com Partes Relacionadas
As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 26.

3.20. Questões Ambientais
Quando aplicável, a Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes às compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores à entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorrerem. Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM e Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA.
3.21. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas
Recentemente, foram emitidas novas normas e interpretações contábeis, os quais entrarão em vigência somente a partir de 1º de janeiro de 2024. As principais normas alteradas são:
• Alteração IAS 7 - Demonstrações de Fluxo de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros, novos requisitos para divulgação das operações de risco sacado e *forfeiting*, permitindo que os usuários tenham mais informações para avaliarem os impactos dessas operações;
• Alteração IFRS 16: Arrendamentos: orientações sobre como contabilizar transações de *sale and leaseback* na data da transação em si.
• Alteração IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: a alteração visa melhorar as informações divulgadas por empresas sobre divisões de longo prazo com *covenants*.
• CPC 36 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e CPC 18 - Investimentos em Coligadas e Empreendimento em Conjunto: Alinhamento de redação das referidas normas com o IAS 10 e IAS 28.
• Resolução CVM 199 - Aprovação de pedido do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"): o documento tem o objetivo de regular a apresentação da DVA, exigida a partir da aprovação da Lei 11.638/2007.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Numerário Disponível	1.040	14.592	1.450	14.971
Aplicações Financ. de Liq. Imediata	782.965	654.088	782.965	654.129
	784.005	668.680	784.415	669.100

4.1. Numerário Disponível
O valor de R\$ 1.040 (R\$ 14.592, em 31 de dezembro de 2022) na controladora e R\$ 1.450 (R\$ 14.971, em 31 de dezembro de 2022) no consolidado refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.
4.2. Aplicações Financeiras
O valor de R\$ 782.965 (R\$ 654.088, em 31 de dezembro de 2022) na controladora e R\$ 782.965 (R\$ 654.129, em 31 de dezembro de 2022) no consolidado refere-se predominantemente à aplicação no Banco do Brasil remunerada pela taxa CDI, com liquidez imediata.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Suprimento de Energia	10.038	26.990	10.038	26.990
Encargos de uso da Rede	-	38	-	38
Energia de Curto Prazo - CCEE	1.232	13.630	1.232	13.630
Títulos de Crédito a Rebeber	2.567	2.552	2.567	2.552
Provisão para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	-	(11)	-	(11)
	13.837	43.199	13.837	43.199

5.1. Provisão para Perda Estimada
O valor de R\$ 11 em 31 de dezembro de 2022 refere-se à provisão para perda estimada relativa a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de 03 meses.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS a Compensar	173	-	173	-
IRPJ e CSLL a Compensar	17.831	4.839	17.834	4.842
Outros	1.303	618	1.368	683
	19.307	5.457	19.375	5.525
Circulante	19.306	5.456	19.374	5.524
Não circulante	1	1	1	1

7. ESTOQUES
O saldo de R\$ 3.464 (R\$ 2.825, em 31 de dezembro de 2022) na controladora e no consolidado referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinadas à alienação, todos valorados a preço médio.

8. ATIVO FINANCEIRO SETORIAL
Em abril de 2023, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) procedeu a reabilitação dos Valores de Impostos e Contribuições (VIO) a serem pagos pelas concessionárias coladas no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2022, referentes às Usinas Hidrelétricas comprometidas com Contratos de Cota de Garantia Física (CCGFs) outorgadas à Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEEG. Os valores calculados e atualizados pela CCEE resultaram no montante de R\$ 57.422 a serem creditados à CEEEG-G pela CCEE em parcelas a serem realizadas no período de abril a dezembro de 2023. O saldo remanescente refere-se a diferença entre o montante a receber apurado pela Companhia e o valor efetivamente liquidado pela CCEE.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Recontabilização	57.422	-	57.422	-
Atualização	476	-	476	-
Parcelas recebidas	(57.800)	-	(57.800)	-
Saldo a Receber	98	-	98	-
Circulante	98	-	98	-
Não Circulante	-	-	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.240	1.542	1.240	1.542
Adiantamento a Fornecedores/Empregados	3.804	7.670	3.804	7.670
Serviços Prestados/Aluguéis	4.991	2.644	4.991	3.014
Termo de Acordo GSF Dfesa	30.906	45.170	30.906	45.170
Contas a Receber	9.562	8.895	9.967	8.899
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.105)	(18.750)	(14.102)	(18.750)
Total Outros Créditos	38.401	57.889	38.806	58.263
Circulante	19.804	27.011	19.805	27.015
Não circulante	16.597	30.878	17.001	31.248

9.1. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)
O valor de R\$ 1.240 (R\$ 1.542 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e no consolidado refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de seus característicos. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e à avaliação final da ANEEL (vide nota explicativa nº 23 a).

9.2. Termo de Acordo GSF DFESA - Reputação Risco Hidrológico Usina de Dona Francisca
Em 08 de fevereiro de 2022 a ANEEL aprovou a reputação do risco hidrológico da UHE Dona Francisca, consoante Resolução Autorizativa nº 11.132. Neste sentido, ocorreu o deferimento da extensão da Concessão da Usina em 1.485 dias, passando o final da outorga de 28/02/2033 para 21/09/2037. Superada essa etapa, passou a produzir eficácia o Termo de Acordo firmado entre a CEEEG-G e Dona Francisca Energética S.A - DFESA, contrato que redistribui os riscos do Consórcio, com a garantia física da Usina, do risco hidrológico e do risco de engenharia na proporção da participação de Dona Francisca (85%) e CEEEG-G (15%) no empreendimento, vide nota explicativa nº 1.1.1.2. Diante desta redistribuição, a DFESA pagaria à CEEEG-G a quantia de R\$ 17.056, em 48 parcelas, a serem adimplidas, a partir do mês de março de 2022, com atualização do crédito por 100% do CDI, já tendo sido recebidas 22 (vinte e duas) parcelas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Termo de Acordo	57.056	57.056	57.056	57.056
Atualização	11.696	6.870	11.696	6.870
Parcelas recebidas	(37.845)	(18.750)	(37.842)	(18.750)
Saldo a Receber	30.906	45.170	30.906	45.170
Circulante	14.264	14.264	14.264	14.264
Não Circulante	16.642	30.906	16.642	30.906

9.3. Contas a Receber
O valor de R\$ 9.562 (R\$ 8.895, em 31 de dezembro de 2022) na controladora e R\$ 9.967 (R\$ 8.899, em 31 de dezembro de 2022) no consolidado refere-se predominantemente a créditos devedores contra a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEET, desestatizada em outubro de 2021, valores ainda oriundos das operações de cisa da então denominada CEEEG-G (vide nota explicativa nº 25.1).

9.4. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
O valor de R\$ 14.102 (R\$ 8.032, em 31 de dezembro de 2022) na controladora e no consolidado refere-se principalmente a provisão para perdas decorrentes das transações de ressarcimento com a CEEET-T, havendo ainda saldos de outros devedores.

10. DIVIDENDOS A RECEBER
O valor de R\$ 78.431 (R\$ 79.955, em 31 de dezembro de 2022) na controladora e no consolidado refere-se a dividendos declarados pelas investidas.

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Chapeacense	-	49.830 (49.830)
Ceran	71.884	4.381
Enercan	1.629	-
Palmares	915	-
Ventos da Lagoa	705	-
Ventos do Litoral	529	-
Ventos do Sul	4.276	2.566
Ventos dos Índios	17	-
	79.955	56.777

11. ARRENDAMENTOS
O valor de R\$ 12.787 na controladora e no consolidado refere-se predominantemente a créditos das operações de arrendamentos das instalações das usinas Itaipu e Passo Real, oriundas dos contratos firmados pela Companhia com o Consórcio Itaipu - Energia e com o Consórcio Passo Real - Energia (vide nota explicativa 1.1.1).

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais	37.165	38.182
Depósitos Judiciais Vinculados	28.668	28.322
	65.833	66.504
O valor de R\$ 37.165 (de R\$ 38.182, em 31 de dezembro de 2022) na controladora e R\$ 37.185 (de R\$ 38.302, em 31 de dezembro de 2022) no consolidado refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. O valor de R\$ 28.668 (de R\$ 28.322, em 31 de dezembro de 2022) na controladora e no consolidado refere-se aos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências passivas classificadas como perda provável.		

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

13.1. Base de Cálculo dos Tributos Diferidos
Nos termos do Pronunciamento Técnico NBC TG 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos, especialmente no tocante ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, considerando a legislação fiscal nacional e as normas societárias aplicáveis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, o ativo fiscal diferido é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras.
13.1.1. Tributos Diferidos Líquidos

Controladora e Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022
(12.034)	(19.550)
81.530	109.150
69.496	89.600

13.1.2. Diferenças Temporárias Tributáveis
O montante desse passivo fiscal diferido, referente a Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre as diferenças temporárias tributáveis foi calculado à alíquota de 34%, nos termos da legislação tributária. O valor reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2023, R\$ 12.034 (R\$ 19.550 em 31 de dezembro de 2022).

Controladora e Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022
Diferenças Temporárias Tributáveis	
Reconhecimento do Custo Atribuído	4.390
Termo de Acordo GSF DFESA	30.906
Ativo Financeiro Setorial (VICA)	98
Base de Cálculo do Passivo Fiscal Diferido	35.394
IR/CS Reconhecimento do Custo Atribuído	1.493
IR/CS Termo de Acordo GSF DFESA	10.508
IR/CS Ativo Financeiro Setorial (VICA)	33
Total do Passivo Fiscal Diferido (IR/CS Alíquota 34%)	12.034

13.1.3. Diferenças Temporárias Dedutíveis
A Companhia, em consonância com o CPC 32 (IAS 12), contabiliza seu ativo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse ativo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro, que será recuperado em período futuro, relacionado a diferenças temporárias entre a base de cálculo fiscal e a base de cálculo societária da CEEEG-G. O valor do ativo fiscal diferido reconhecido pela CEEEG-G totaliza, em 31 de dezembro de 2023, R\$ 81.530 (R\$ 109.150 em 31 de dezembro de 2022).

Controladora e Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022
Créditos Tributários	
Provisão para Contingências Trabalhistas	94.815
Provisão para Contingências Cíveis	113.919
Provisão para Contingências Fiscais	291
Provisão para Contingências Ambientais	6.321
Outras Diferenças Temporárias	2.447
Total das Diferenças Temporárias	239.793
IR/CS Provisão para Contingências Trabalhistas	32.237
IR/CS Provisão para Contingências Cíveis	38.733
IR/CS Provisão para Contingências Fiscais	99
IR/CS Provisão para Contingências Ambientais	2.149
IR/CS Outras Diferenças Temporárias	8.312
Total do Crédito Fiscal s/Diferenças Temporárias (IR/CS Alíquota 34%)	81.530

13.1.4. Estimativas de Liquidação dos Tributos Diferidos
A Administração estimou a realização do ativo fiscal diferido líquido nos exercícios futuros.

Controladora e Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022
Ano Calendário	
Exercício de 2023	-
Exercício de 2024	6.376
Exercício de 2025	4.850
Exercício de 2026	808
Exercício de 2027	13.648
Exercícios de 2028	16.905
A partir do Exercício de 2029	39.171
Total	81.530

14. INVESTIMENTOS

Controladora		Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial			
Controladas - incluídas no consolidado	(5.729)	(6.138)	-
Coligadas - não consolidadas	165.662	215.247	165.662
Outros investimentos	231	231	231
Total Investimentos e participações societárias	160.164	210.340	165.893

14.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial
Os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial da CEEEG-G estão classificados nos seguintes segmentos de negócio:

14.3. Controladas
14.3.1. Complexo Elétrico Povo Novo
O Complexo Elétrico Povo Novo está localizado no município de Rio Grande - RS, sendo formado por 3 Centrais Geradoras Eólicas (CGE), totalizando a potência instalada de 52,5 MW.
Em 05 de fevereiro de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou Despacho nº 276, habilitando as vencedoras do Leilão nº 09/2013, referente a empreendimentos de energia eólica. A cindida CEEEG-G participou dos 3 consórcios vencedores, relativos ao Complexo Elétrico Povo Novo:
• Consórcio Curupira, formado pela CGE Curupira Ltda. (0.01%) e CEEEG-GT (99.99%), responsável pela construção da Central Geradora Elétrica Curupira, cuja potência instalada é de 23.1 MW;
• Consórcio Povo Novo, formado pela CGE Povo Novo Ltda. (0.01%) e CEEEG-GT (99.99%), responsável pela construção da Central Geradora Elétrica Povo Novo, cuja potência instalada é de 8.4 MW;
• Consórcio Fazenda Vera Cruz, formado pela CGE Fazenda Vera Cruz Ltda. (0.01%) e CEEEG-GT (99.99%), responsável pela construção da Central Geradora Elétrica Fazenda Vera Cruz, cuja potência instalada é de 21 MW;
Em 26 de fevereiro de 2014, foram constituídas as sociedades Ventos de Povo Novo S.A. Ventos de Curupira S.A e Ventos de Vera Cruz S.A. O capital social originalmente subscrito em cada empresa foi de R\$ 10, representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas. Em 2021, foram integralizados os adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R\$ 1.292 em Ventos de Povo Novo, R\$ 2.956 em Ventos de Curupira e R\$ 2.786 em Ventos de Vera Cruz, restando um montante de R\$ 873 em Ventos de Povo Novo, R\$ 1.487 em Ventos de Curupira e R\$ 1.181 em Ventos de Vera Cruz.
Em 2022, foram efetuados os adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R\$ 561 em Ventos de Povo Novo, R\$ 1.134 em Ventos de Curupira e R\$ 731 em Ventos de Vera Cruz.
Em 2023, foram efetuados os adiantamentos para futuro aumento de capital nos montantes de R\$ 157 em Ventos de Povo Novo, R\$ 386 em Ventos de Curupira e R\$ 117 em Ventos de Vera Cruz.
Os valores relativos aos períodos de 2021, 2022 e 2023 não foram integralizados pois aguardam aprovação da diretoria.

14.4. Coligadas
Os investimentos são avaliados por equivalência patrimonial, considerando que a Companhia possui membros no Conselho de Administração das investidas e participa dos processos de elaboração de políticas e das decisões sobre dividendos e distribuições. Em março de 2023 a CEEEG-G alienou a totalidade de suas participações societárias nas companhias: i) Parques Eólicos Palmares S.A.; ii) Ventos da Lagoa Energia S.A.; iii) Ventos do Litoral Energia S.A. e iv) Ventos dos Índios Energia S.A., nos termos do Edital de Leilão nº 01/2022. O valor da operação foi efetivado pela importância de R\$ 53.665, resultando em um ganho na alienação do investimento de R\$ 10.102 (vide nota explicativa nº 32.2).
14.4.1. Chapeacense Geração S.A.
Em 01 de março de 2007, a cindida Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEET-G), a CPFL Geração de Energia S.A e a Chapeacense Geração S.A assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapeão Energia S.A (FCE), sociedade de propósito específicas (SPE), com distrito do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.
A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autoriza a transferência da quota parte detida pela Chapeacense Geração S.A na concessão da UHE Foz do Chapeão para a Foz do Chapeão Energia S.A, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL, 51%; CEEEG-GT, 9%; e Chapeacense, 40%. Posteriormente ocorreram modificações no quadro societário da investida, todavia, mantendo-se o percentual de participação da Companhia em 9%.
A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapeão, no Estado de Santa Catarina, e Aljepe, no Rio Grande do Sul, corresponde a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores. Em março de 2011, passou a operar com sua capacidade máxima.
14.4.2. Jaguari Energética S.A.
Refere-se à participação da Companhia na Jaguari Energética S.A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.
Em 30 de agosto de 2004, a participação da cindida CEEEG-GT reduziu de 30% para 14,19%. Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a cindida CEEEG-GT não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da Empresa, reduzindo sua participação para 10,5%, percentual atual de participação da CEEEG-G.
14.4.3. Companhia Energética Rio das Antas (CERAW)
Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas (CERAN), para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, que somam potência instalada correspondente a 3

continuação

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Programas de Integração Social - PIS	928	599	928	599
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.527	2.471	3.527	2.471
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	81	81	81	11
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social - IR/CS	26	13.680	26	13.680
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	316	466	316	466
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.669	9.253	1.669	9.253
Outros	79	759	108	777
	6.626	27.233	6.655	27.257

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia Estadual de Transmissão e Geração de Energia Elétrica (CEE-E-GT) era Patrocinadora dos Planos de Benefício CEEEPREV e Plano Único junto à Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEE. Em abril de 2021, por decisão de seu acionista controlador, a CEEE-GT passou por um processo de cisão parcial, que resultou na criação da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, e a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, restando as obrigações de benefício pós-emprego com característica de benefício definitivo alocadas substancialmente na CEEE-T.

A Companhia CEEE-G, considera como passivo o benefício pós-emprego à proporção dos participantes ativos da CEEE-G dos planos originalmente patrocinados pela cindida CEEE-GT até o momento da troca do controle acionário. Após esse marco, não há responsabilidade da CEEE-G pois não figura como patrocinadora dos planos de previdência complementar.

A PREVIC já reconheceu, inclusive, que a CEEE-G não é patrocinadora dos planos previdenciários administrados pela Fundação Família Previdência, o que está alinhado com a Lei nº 15.298/2019 e o edital de leião da CEEE-G.

Sendo assim, a CEEE-G assumiu a parte do déficit (valores passados) dos planos de previdência decorrentes da cisão e incorporada na parcela cindida.

Adicionalmente, informa que a Fundação CEEE move ação judicial em face da CEEE-D e CEEE-GT (5106459-78.2020.8.21.0001) objetivando impor a obrigação de patrocínio e custeio dos planos de benefícios previdenciários administrados pela entidade de previdência privada complementar Fundação Família Previdência.

Abaixo é demonstrado os saldos reconhecidos no passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2023.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão Plano Único	388	434	388	434
Provisão Plano CEEEPREV	9.874	11.426	9.874	11.426
	10.262	11.860	10.262	11.860
Circulante	7.971	35.620	280	280
Não Circulante	10.012	11.860	10.012	11.580
	10.262	11.860	10.262	11.860

21.1. Dos planos - Plano CEEEPREV e Plano Único

Até 2020, os empregados do Grupo CEEE contavam apenas com o Plano de Benefícios Único, onde os benefícios programáveis têm seu valor o qual previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado de forma a garantir sua concessão e manutenção. Como o valor dos benefícios não guarda relação direta com o grau de capitalização de recursos, está sempre sujeito a revisões no valor das contribuições para fazer frente aos compromissos assumidos.

O Plano Único foi fechado para novas adesões e, alternativamente, foi criado o Plano CEEEPREV, cujo convênio de adesão é de 29/05/2001.

O plano CEEEPREV, por sua vez, tem características de contribuição definida, a prestação previdenciária futura será quantificada de acordo com o capital acumulado ao longo dos anos, exceto no que se refere aos benefícios de renda e à parte dos benefícios saldaados. O benefício saldaado é um benefício proporcionado a uma parcela de participantes que migraram do Plano Único, o valor foi calculado no momento da migração e atualizado pelo índice de reajuste do plano, viabilizado por uma contribuição suplementar, chamada reserva a amortizar.

A empresa CEEE optou por a migração dos colaboradores do Plano Único ao Plano CEEEPREV, sendo que atualmente, após a cisão da Empresa GT, há uma pequena parte dos funcionários ativos no Plano Único e a outra parte no plano CEEEPREV.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e civil, bem como em processos judiciais de natureza tributária e ambiental que, na avaliação da Administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, atribuem riscos prováveis e possíveis. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	Controladora/Consolidado		31/12/2023	
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Ambientais
Riscos Prováveis	94.815	113.919	291	6.321
Riscos Possíveis	29.577	548.445	4.512	25
	124.392	662.364	4.803	6.346
				797.906

	Controladora/Consolidado		31/12/2022	
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Ambientais
Riscos Prováveis	86.798	233.051	1.179	321.028
Riscos Possíveis	952	393.879	4.180	399.011
	87.750	626.930	5.359	720.039

22.1. Composição dos processos de riscos prováveis

Provisão e contas a pagar reconhecidas sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	Controladora/Consolidado		31/12/2023	
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Ambientais
Passivo circulante	2.581	586	291	-
Passivo não circulante	92.234	113.333	-	6.321
Total geral	94.815	113.919	291	6.321

	Controladora/Consolidado		31/12/2022	
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Ambientais
Passivo circulante	11.135	824	3	11.962
Passivo não circulante	75.663	232.227	1.176	309.056
Total geral	86.798	233.051	1.179	321.028

22.2. Movimentação da Provisão para Contingência

	Controladora/Consolidado		Movimentação da Provisão para Contingências	
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Ambientais
(=) Saldo final dezembro/2021	64.774	199.776	3.332	267.882
(+) Novos Ingressos	54.040	1.140	123	-
(-) Pagamentos	(11.959)	(823)	(5)	-
(-) Montantes Revertidos	(28.028)	(2.662)	(2.559)	-
(+) Atualização Monetária	7.971	35.620	-	43.579
(=) Saldo final dezembro/2022	86.798	233.051	1.179	321.028
(+) Novos Ingressos	6.278	19.764	58	7.633
(-) Pagamentos	(2.772)	(586)	(346)	(34)
(-) Montantes Revertidos	(16.402)	(149.965)	(1.014)	(1.801)
(+) Atualização Monetária	20.313	11.655	414	523
(=) Saldo final dezembro/2023	94.815	113.919	291	6.321

22.3. Natureza das ações

22.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes, embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao dano e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a CEEE-G referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, plano de cargos e salários, prêmio assiduidade e outras.

22.3.2. Cíveis

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza civil, para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, a partir de análise efetuada individualmente por processo. Os principais materiais tratados nestas ações judiciais referem-se inadimplementos contratuais, danos morais, materiais, sustentações de protesto, questões imobiliárias: no que tange ao conteúdo civil, classificado como risco de desembolso provável, destaca-se a ação relacionada a seguir: processo nº 244031-1/20.2007.8.21.0001, movido pela TERMOGAUÇUA, em que se discutem obrigações societárias. O valor provisionado para o processo é de R\$ 100.003 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 214.920 em 31 de dezembro de 2022), havendo ainda classificação de risco possível na importância de R\$ 127.388, na mesma data.

Já entre os casos com classificação de risco possível, destacamos: a) Ação judicial nº 5006366-59.2010.8.21.0001, cujo autor é SACE SPA - SERVIZI ASSICURATIVA DEL COMMERCIO ESTERO, em que se discute ressarcimento decorrente de pagamento de indenização securitária, sendo que o valor estimado pelos assessores legais da Companhia para a lide é de aproximados R\$ 205.262 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 192.212 em 31 de dezembro de 2022); b) ações judiciais nº 5000098-76.2018.8.21.0001 e nº 5002127-39.2018.8.21.0001, movidos pela COPEL - Companhia de Petróleo Gás e Energia relativa a danos materiais e lucros cessantes, cujo valor estimado pelos assessores legais da Companhia para a lide é de aproximados R\$ 208.433 (R\$ 200.779 em 31 de dezembro de 2022) para ambos os processos.

22.3.3. Tributárias

O saldo provisionado de R\$ 291 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.179 em 31 de dezembro de 2022) constitui-se de valores relativos a processos tributários.

23. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Conta de Desenv. Energético - Quota da CDE	1.246	1.308	1.246	1.308
Recursos P&D	12.486	10.621	12.486	10.621
Recursos FNDCT	72	277	72	277
Recursos MME	36	139	36	139
RGR	-	463	-	463
	13.840	12.808	13.840	12.808
Não Circulante				
Recursos P&D	11.927	11.988	11.927	11.988
Provisão Comercialização Energia MAE/CCEE	75.110	77.578	75.110	77.578
	87.037	89.566	87.037	89.566

a) Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D é um mecanismo legal mandatário de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para as concessionárias de energia elétrica. É calculado com base na receita operacional líquida das empresas e resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

As empresas de Pesquisa e Desenvolvimento a Companhia destina anualmente 1% da receita operacional líquida. A aplicação dos recursos, registrada em 31 de dezembro de 2023 no ativo circulante, perfaz o montante de R\$ 1.240 (vide nota explicativa nº 9.1) e o saldo a realizar é de R\$ 12.486 no passivo circulante e R\$ 11.927 no passivo não circulante (R\$ 10.621 e R\$ 11.988, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022).

Os valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, dos recursos restantes, 40% são pagos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% ao Ministério de Minas e Energia (MME).

b) Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Trata-se de provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia mantém esta obrigação reconhecida neste grupo quando tramitam ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica, que inicialmente estava prevista para novembro de 2002, remanescendo suspensos tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE, sendo atualizada conforme condições contratuais estipuladas há época. O montante atualizado perfaz a importância de R\$ 75.110 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 77.578 em 31 de dezembro de 2022).

24. USO DO BEM PÚBLICO

O encargo a título de Uso do Bem Público refere-se ao ônus da concessão, compromisso assumido com o Poder Concedente, decorrente do direito de exploração da geração de energia elétrica. O valor da obrigação será determinado com base na aplicação do percentual de 2,5% sobre a receita anual realizada da Companhia, conforme preconiza o Contrato de Concessão nº 004/2022-ANEEL-CEE-E-GT, de 05 pagamentos ao Poder Concedente tiveram início em dezembro de 2023, sendo a liquidação realizada em parcelas mensais no prazo de 05 (cinco) anos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Uso do Bem Público	18.153	69.531	18.153	69.531
(-) Ajuste a Valor Presente	(4.206)	(20.784)	(4.206)	(20.784)
	13.947	48.747	13.947	48.747
Circulante	5.202	831	5.202	831
Não Circulante	8.745	47.916	8.745	47.916

A redução do valor da obrigação em 31 de dezembro de 2023 tem origem principalmente na remensuração do encargo a pagar, face à redução da receita anual da Companhia, proveniente do direito de exploração da geração de energia elétrica, efeito natural dos arrendamentos das instalações das usinas Itaipu e Passo Real, realizados pela Companhia com o Consórcio Itaipu - Energia e com o Consórcio Passo Real - Energia (vide nota explicativa 1.1.1).

24.1. Movimentação Uso do Bem Público

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	-	-	48.747	-
Montantes Provisionados	-	-	-	69.531
(-) Montantes Revertidos	-	(35.245)	-	-
(-) Ajuste a Valor Presente	-	-	-	(20.784)
Reversão de Ajuste a Valor Presente	-	860	-	-
(-) Pagamentos	-	(415)	-	-
Saldo Final	-	-	13.947	48.747

25. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Comp. Financ. para Utilização de Recursos Hídricos	-	112	-	112
Adiantamento Clientes	236	2.102	236	2.102
Provisão obras	1.449	1.449	1.449	1.449
Custas Processos Judiciais	63	63	63	63
Outras Obrigações	6.378	6.431	6.378	6.431
Outros Credores	2.859	3.417	2.859	3.454
	10.885	13.574	10.885	13.611
Provisão Auto de Infração	392	392	392	392
Guascer Serviços Ltda.	10.821	8.943	10.821	8.943
Outros Credores	51	50	435	433
	11.264	9.385	11.648	9.768
Circulante	12.895	13.511	13.085	13.611
Não Circulante	11.264	9.385	11.648	9.768

25.1. Outras Obrigações

O saldo de R\$ 6.378 (R\$ 6.431, em 31 de dezembro de 2022) refere-se predominantemente a obrigações detidas em favor da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, desestatizada em outubro de 2021, valores ainda oriundos das operações de cisão da então denominada CEEE-GT (vide nota explicativa nº 9).

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Nota Explicativa	CEPN		DFESA		Consórcios*		CEPN		DFESA		Consórcios*	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo													
Outros Créditos a Receber	9	-	3.781	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termo de Acordo GSF Dfesa	9.2	-	30.906	-	-	-	45.170	-	-	-	-	-	-
Arrendamento	11	-	-	12.787	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AFAC	14.7	6.627	-	-	5.967	-	-	-	-	-	-	-	-
		6.627	30.906	16.568	5.978	45.170	-	-	-	-	-	-	-
Resultado													
Receita de Arrendamento	29	-	-	115.086	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de O&M	29	-	-	4.735	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Termo de Acordo GSF Dfesa	32	-	-	-	-	-	57.057	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento CFURH	-	3.702	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	2.659	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		6.361	119.821	-	57.057	-	-	-	-	-	-	-	-

* Consórcio Itaipu Energia e Consórcio Passo Real Energia.

As transações da Companhia com suas controladas, coligadas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores, especialmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, consoante os termos da Resolução Normativa nº 699/2016.

26.2. Controladas

26.2.1. Complexo Edício Povo Novo

A CEEE-G detém o controle acionário das Sociedades de Propósito Específico (SPes) Ventos de Curupira S.A., Ventos de Povo Novo S.A. e Ventos de Vera Cruz S.A., constituídas em fevereiro de 2014. A participação acionária da CEEE-G no empreendimento é de 99,99%, conforme nota explicativa nº 14.3.1.

26.3. Divulgado

Conforme divulgado na nota explicativa 10, a Companhia possui valores a receber que totalizam o montante de R\$ 78.431 (R\$ 79.955, em 31 de dezembro de 2022) a título de dividendos declarados por suas coligadas.

26.4. Pessoal-Chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração e os Diretores. Abaixo seguem as informações sobre remunerações e saldos existentes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	82	1.161	82	1.161
	82	1.161	82	1.161

Benefícios de Curto Prazo para Administradores

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1. Capital Social

O capital social, totalmente subscrito, é de R\$ 755.962 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 755.962 em 31 de dezembro de 2022), representado por 9.636.566 (nove milhões, seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e sessenta e seis) ações, sem valor nominal, sendo 9.491.023 (nove milhões, quatrocentos e noventa e um mil e vinte e três) ações ordinárias e 145.543 (cento e quarenta e cinco mil, quinh

continuação

36.1.6. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	784.005	784.005	784.415	784.415
Concessionárias e Permissionárias	5	13.837	13.837	13.837	13.837
		797.842	797.842	798.252	798.252
Passivos Financeiros					
Fornecedores	17	13.430	13.430	13.454	13.454
Debêntures	18	1.909.914	1.909.914	1.909.914	1.909.914
Uso do Bem Público	24	13.947	13.947	13.947	13.947
		1.937.291	1.937.291	1.937.315	1.937.315

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e do prazo de realização.

36.1.7. Hierarquia do Valor Justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou para o passivo diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou para o passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As aplicações financeiras são classificadas no Nível 2, uma vez que, consideramos como inputs observáveis, porém, não são negociados em mercado ativo (taxa de juros). A Companhia não possui saldo de instrumentos financeiros qualificáveis nos níveis 1 e 3 da hierarquia do valor justo.

36.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Companhia e suas Operações

36.2.1. Riscos Hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, a partir de usinas hidrelétricas, que estão sujeitas ao risco de escassez de água ao longo do tempo. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na sua região geográfica como em outras regiões do país.

O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico desses empreendimentos através da definição de uma garantia física e da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Esse mecanismo é um instrumento financeiro de compartilhamento do risco hidrológico entre todos os agentes de geração hidrelétrica, sendo compulsório para todas as usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente pelo ONS.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da Garantia Física, poderá resultar em exposições no Mercado de Curto Prazo (MCP), podendo impactar negativamente a Companhia. De forma a mitigar esses riscos a Companhia adota mecanismos de proteção adicionais, tais como o hedge energético.

36.2.2. Riscos Ambientais

A instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos voltados às concessões de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados à fauna e flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecido por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera cível.

	Diretoria
MARCELO CUNHA RIBEIRO	DAVID MOISE SALAMA
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores	Diretor

Declaração dos Diretores da Companhia sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, declaramos, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, alínea VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 08 de março de 2024.

Marcelo Cunha Ribeiro	David Moise Salama
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores	Diretor

As Acionistas e Administradores da

Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica CEEE-G

Porto Alegre - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica CEEE-G ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica CEEE-G em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo "International Accounting Standards Board (IASB)".

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Arrendamentos de Itaipu e Passo Real: Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1.1.1 - Concessão de geração, a Companhia transferiu a titularidade da concessão das Usinas Hidrelétricas UHE Itaipu e UHE Passo Real, para o consórcio Itaipu Energia e o Consórcio Passo Real Energia, respectivamente, ambos formados por empresas do grupo econômico do seu controlador, com vigência de 15 anos a partir de 01 de abril de 2023, mediante assinatura de contrato de arrendamento e termo aditivo do contrato de concessão. A interpretação contábil dos termos e da essência dos contratos, assim como a responsabilidade operacional, o controle dos ativos arrendados, obrigações regulatórias, direito sobre o uso do bem público, demandaram um esforço adicional do time de auditoria. Em função desses aspectos, consideramos os impactos relacionados aos contratos de arrendamento e de Itaipu e Passo Real como um principal assunto de auditoria. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos potenciais impactos envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) leitura dos contratos de arrendamento e demais documentos relacionados; (b) revisão, avaliação e recálculo dos valores registrados a título de Uso do Bem público; e (c) discussões com a administração e área técnica da Companhia sobre os termos dos contratos de arrendamento e seus reflexos contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são razoáveis as interpretações e impactos contábeis registrados em decorrência da assinatura dos contratos de arrendamento de Itaipu e Passo Real, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões para contingências trabalhistas, cíveis, tributárias e regulatórias: Conforme mencionado nas Notas Explicativas no 3.12 e no 22 a Companhia possui diversos processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais e regulatórias, cujos desfechos não estão totalmente sob controle da Companhia e deverão ser solucionados quando um ou mais

	ROGÉRIO GONÇALVES PIZETA
	Diretor

Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, declaramos, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, alínea V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 08 de março de 2024.

Marcelo Cunha Ribeiro	David Moise Salama
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores	Diretor

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

eventos futuros ocorrerem. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada processo. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos cujas perdas são consideradas prováveis. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido ao elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda e à relevância dos montantes envolvidos em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aos potenciais impactos ao resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do fluxo de processos relevantes sobre as contingências e divulgação de passivos contingentes; (b) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as contingências e divulgações relacionadas; (c) verificação da consistência das informações existentes no relatório de processos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são razoáveis os montantes registrados como provisão para contingências bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se estas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo

A edição de novas leis e regulamentos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da CEEE-G, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. Com base na legislação ambiental, a Companhia mapeou e monitora seus riscos ambientais. Os principais foram mapeados, descritos e classificados de acordo com sua probabilidade de materialização e impacto. Dessa forma, as ações de mitigação praticadas são avaliadas continuamente quanto a sua adequação/suficiência para a mitigação dos riscos à Companhia.

37. SEGUROS

A Companhia mantém, quando aplicável, coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Não faz parte da revisão do Auditor Independente este julgamento da Administração.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em consonância com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 24, eventos subsequentes, entre a data final das demonstrações financeiras (31/12/2023) e a data da ratificação de sua emissão pelos órgãos da Administração, reportamos os seguintes eventos subsequentes:

38.1. Leilão da Oferta Pública de aquisição de Ações (OPA)

Em 25 de janeiro de 2024 foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") o pedido de conversão de categoria "A" para "B" da Companhia. E no dia 21 de fevereiro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da CEEE-G o resgate e cancelamento de 98.375 (noventa e oito mil, trezentas e setenta e cinco ações) sendo, 41.896 (quarenta e uma mil, oitocentos e noventa e seis) ações ordinárias e 56.479 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove) ações preferenciais de emissão da CEEE-G, sem modificação do valor capital social da Companhia, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei das S.A.

	Contadora
rita de cássia paulin cordeiro	
Contadora - CRC/RS-060.169/0-0	

Declaração dos Diretores da Companhia sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G, declaramos, nos termos do Art. 27, parágrafo 1º, alínea V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 08 de março de 2024.

de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 08 de março de 2024.

Grant Thornton Auditores Independentes - CRC ZSP-025.583/0-1

Romeu Sabino da Silva - Contador CRC IRS-071.263/0-0